

PANORAMA ACADEMICO-CIENTÍFICO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

ILUSKA LOBO BRAGA

MARIA CRISTINA FOGLIATTI DE SINAY

ANDRÉ LUÍS FARIA DUARTE

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Introdução

Para que as empresas possam implementar a Contabilidade Ambiental, se faz necessária uma preparação técnica sobre diversos assuntos relacionados, destacando dentre outros, quesitos sobre a política ambiental vigente, gastos e ganhos associados com controle ambiental, custos para recuperar áreas degradadas, riscos ambientais, possíveis desvalorizações a serem sofridas pós auditoria ambiental e investimentos realizados em tecnologia ambientalmente adequada. O conhecimento destes temas, são obtidos prioritariamente nos cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A pergunta do presente estudo é: como a pós-graduação brasileira na área de Contabilidade está enfrentando os desafios do paradigma da sustentabilidade, em especial no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental? Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar a pós-graduação brasileira em Contabilidade com ênfase no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental para, a partir das informações levantadas, elaborar um prognóstico da área.

Fundamentação Teórica

Para Gonçalves e Heliodoro (2005, p. 84), a importância da Contabilidade Ambiental na tomada de decisões dos gestores reside na sua utilização para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, além de assumir um papel estratégico por evidenciar ações proativas adotadas pelas empresas. Sinay et al. (2013) efetivaram uma pesquisa nesses programas na área de Administração para identificar a efetiva inserção do tema de gestão ambiental no ensino, observando que o interesse do ensino dessa área teve início no começo do século XXI.

Metodologia

Pesquisa documental que se apoia em dados secundários obtidos de documentos oficiais: Plataforma Supera, Domínio Público da CAPES, site dos Grupos de Pesquisa do CNPq e periódicos brasileiros. Em relação à análise das informações secundárias, a pesquisa se classifica como mista: qualitativa, ao abordar aspectos subjetivos, e quantitativa, ao analisar aspectos objetivos com uso da estatística descritiva. Quanto ao seu objetivo, se caracteriza como descritiva, pois observa fatos, os registra, os analisa e os interpreta sem qualquer interferência nos mesmos.

Análise dos Resultados

Destacam-se o escasso número de cursos de pós-graduação existentes no Brasil em Contabilidade frente ao número de matrículas e de graduados na área; pouca representatividade de temas da Contabilidade Ambiental nas disciplinas, nas dissertações e teses, replicando-se esta situação nas pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e nas publicações científicas em periódicos brasileiros com percentagens pouco significativas em relação a publicação total.

Conclusão

Este trabalho tem como principal contribuição alertar pesquisadores da área quanto a necessidade de focar temas da Contabilidade Ambiental, tanto no ensino quanto na pesquisa, de forma de colaborar com o desenvolvimento sustentável do País. A carência destes quesitos ficou em evidência após o tratamento das informações levantadas. Outra contribuição importante foi ressaltar os temas da Contabilidade Ambiental efetivamente tratados.

Referências Bibliográficas

Gonçalves, S. S. & Heliodoro, P. A. (2005) A Contabilidade Ambiental como um novo Paradigma. Revista Universo Contábil, 1(3), 81-93. Palma, L. C., Oliveira, L. M., & Viacava, K. R. (2011). Sustainability in Brazilian Federal Universities. International Journal of Sustainability in Higher Education, 12(3), 250-258. Sinay, M. C. F., Dalbem, M. C., Loureiro, I. A., & Vieira, J. M. (2013). Ensino e Pesquisa em Gestão Ambiental nos Programas Brasileiros de Pós-Graduação. RAM - Revista Administração Mackenzie, 14 (3), 55-82.

Palavras Chave

Pós-graduação brasileira em Contabilidade, Ensino e pesquisa em Contabilidade Ambiental, Contabilidade Ambiental

PANORAMA ACADEMICO-CIENTÍFICO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é a Ciência Social que se ocupa por qualificar e quantificar o patrimônio de pessoas e empresas e por avaliar as flutuações do mesmo ao longo do tempo (Gonçalves & Heliodoro, 2005). Assim sendo, ela pode ser vista como um sistema de apoio às organizações já que provê as mesmas de informações de natureza quali e quantitativa úteis para a tomada de decisões.

Por anos e desde os seus primórdios, as informações levantadas pelo setor de contabilidade visavam apenas à tomada de decisão econômica. A partir da crescente preocupação da sociedade por questões ambientais iniciada na década de 1970 como base para o desenvolvimento econômico das nações, as organizações começaram a desenhar e implementar estratégias de mercado, financeiras e de serviços alinhadas com atividades sustentáveis (Gonçalves & Heliodoro, 2005).

Isto deu origem à denominada Contabilidade Ambiental que tem como um de seus objetivos estudar os fenômenos que resultam do comportamento ambiental das empresas possibilitando apresentar os benefícios e os prejuízos que essas podem provocar no meio ambiente. A Contabilidade Ambiental tem como finalidade identificar e mensurar eventos ambientais, esclarecê-los e registrá-los processando as transações econômico-financeiras que estejam relacionadas com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade e a geração de informações que subsidiem o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisão (Calixto, 2006; Paiva, 2003; Ribeiro & Rossato, 2017). A Contabilidade Ambiental só passou a ter status de ramo da ciência contábil em 1998 a partir da publicação do Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Contabilidade e Relatórios (Ribeiro & Rossato, 2017).

Para acompanhar as mudanças adotadas pelas nações para alcançar ou se aproximar do desenvolvimento sustentável, as organizações tiveram que evoluir. De acordo com Gonçalves e Heliodoro (2005), as empresas passaram por 5 fases, quais sejam: a) sem preparação, o que as levou a reagir negativamente no início, se recusando a adotar novas estratégias que incluíssem a variável ambiental; b) de cumprimento da legislação, com uma postura mais reativa que lhes permitissem cumprir com as exigências ambientais; c) de reconhecimento das vantagens competitivas ao aderirem de forma proativa às políticas ambientais; d) de eco eficiência onde as atividades ambientalmente sustentáveis passam a ser vistas como “oportunidade de negócios” e não apenas como custos, chegando a última fase e) de sustentabilidade, que faz as empresas entenderem que as atividades sustentáveis são as de interesse para os stakeholders.

Para que as empresas possam implementar a Contabilidade Ambiental, se faz necessária uma preparação técnica sobre diversos assuntos relacionados, destacando dentre outros, quesitos sobre a política ambiental vigente, gastos e ganhos associados com controle ambiental, processos judiciais envolvendo a empresa por causa ambientais e multas associadas, custos para recuperar áreas degradadas, riscos ambientais, possíveis desvalorizações a serem sofridas pós auditoria ambiental e investimentos realizados em tecnologia ambientalmente adequada (Holland, 2004; Theóphilo, Sacramento, Neves, & Souza, 2000; Yakhou & Dorweiler, 2004).

O conhecimento destes temas e outros, obtidos prioritariamente nos cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis-PPGCC, a importância crescente do tema de sustentabilidade para a sociedade (Santos, Silva, Souza, & Sousa, 2001), a necessidade das empresas de mensurar ativos e passivo ambientais (Ribeiro & Rossato, 2017) estabelecendo

práticas de gestão socioambiental (Cosenza, Mamede, & Laurencel, 2010) e a incipiente produção científica sobre o assunto (Machado et al., 2012) foram os motivos que conduziram a pergunta do presente estudo: como a pós-graduação brasileira na área de Contabilidade está enfrentando os desafios do paradigma da sustentabilidade, em especial no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental?

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é apresentar a pós-graduação brasileira reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES em Contabilidade com ênfase no ensino e pesquisa da Contabilidade Ambiental, em termos de localização geográfica, nível (mestrado e/ou doutorado), estrutura curricular, disciplinas, produção de dissertação e teses, defendidas e aprovadas nos cursos e temas tratados pelos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, assim como a produção científica dos corpos docente e discente conforme publicada em periódicos científicos brasileiros em Contabilidade/Ciências Contábeis. A análise destas informações, extraídas da Plataforma Sucupira e do grupo de periódicos selecionados, permitirá a elaboração do panorama acadêmico- científico da área seguido de prognóstico da mesma.

Este artigo consta de mais 5 itens, contendo, respectivamente, o marco regulatório da Pós-Graduação brasileira, referencial teórico, procedimento metodológico, apresentação dos dados levantados e sua análise e o prognóstico e conclusões do estudo desenvolvido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Santos e Azevedo (2009) destacam a importância dos cursos de Pós-Graduação devido ao papel de produção de conhecimento proveniente da pesquisa científica que têm como objetivo fundamental, conforme o marco regulatório e as políticas públicas, a transformação das universidades em centros permanentes de atividade criativas.

No Brasil, esse marco regulatório iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 4.024/61) que define e regulariza o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1934 (História do Ensino de Línguas no Brasil, 2009), estabelecendo, em seu artigo 69, que as Instituições do Ensino Superior (IES) possam ministrar cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Em 1965 foi elaborado o Parecer 977, também conhecido como Parecer Sucupira, que define a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação, apresentando as suas características fundamentais, níveis de formação (Mestrado e Doutorado), duração mínima dos cursos, definição de áreas de concentração, exigências mínimas que as IES devem estabelecer nesses cursos, indicando, por fim, o Conselho Federal de Educação para aprovação dos cursos com validação do registro dos diplomas no Ministério da Educação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2018).

Em 1998, a CAPES reconheceu a modalidade Mestrado Profissionalizante e em 2017, o Ministro de Estado da Educação, sr. Mendonça Filho, através da portaria 389, instituiu as modalidades de mestrado e doutorado profissional para pós-graduação stricto sensu (CAPES, 2018).

De acordo com Santos e Azevedo (2009), antes de 1934 já existiam cursos de pós-graduação em funcionamento no Brasil, sendo 11 na modalidade de doutorado e 27 de mestrado. O marco regulatório veio a fortalecer a política de formação de profissionais (professores para o magistério universitário e pesquisadores) com alto nível e atender a expansão do ensino superior para instituições públicas e privadas o que pode ser constatado nos cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação-PNPGs cujos objetivos enfatizam a formação dos professores para o ensino superior, exigindo que o corpo docente da IES tenha um mínimo de professores titulados nas modalidades de mestre e doutor.

O relatório de acompanhamento das metas do VI PNPG (2011-2020) aponta a evolução nos cursos de mestrado e doutorado oferecidos no Brasil, com projeção de expansão até 2020 de 20,8% e 30,7%, respectivamente, registrando como consequência direta, o aumento dos recursos humanos com as respectivas titulações, destacando que para 2020 haverá 4,5 doutores por cada mil habitantes. Destaca, ainda, o apoio à temática de internacionalização e a importância de se planejar a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação visando atender as necessidades estratégicas para o desenvolvimento do país (Brasil, 2017a).

No ano de 1999 foi criada a Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, vinculada ao MEC e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também em 1999 houve a publicação da lei nº 9.795/1999 (e sua regulamentação por meio do Decreto nº 4.281/2002), que finalmente estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), segundo a qual tornou-se obrigatória a abordagem do tema em todos os níveis de ensino (Sinay, Dalbem, Loureiro, & Vieira, 2013). O ProNEA está sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado no âmbito do Fórum Global da Rio-92 e tem como estratégia enfrentar a problemática ambiental com a construção de temas para a incorporação da dimensão ambiental, temas como Direito Ambiental, Ciência Complexa, Tecnologia Eco eficiente, Economia Ecológica, Política Verde e Educação Ambiental (Brasil, 2003).

O ProNEA atribui à Conferência de Estocolmo (1972) a inserção desses temas na agenda internacional; ao Programa Internacional de Educação Ambiental - PINEA de 1975, o reconhecimento da educação como uma estratégia para construir sociedades sustentáveis; e à 1ª Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS em 1977), o estabelecimento do processo educativo orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por meio de enfoques interdisciplinares e de participação ativa e responsável dos indivíduos e da coletividade (Sinay et al., 2013).

De acordo com Calixto (2006, p. 66), a Contabilidade Ambiental é um tema em discussão no Brasil desde o início da década de 1990 sendo essa entendida por Ribeiro e Rossato (2017) como um complemento da contabilidade patrimonial. Em sua pesquisa publicada em 2007, Calixto (2006) observa que apenas 9,8% dos cursos de graduação em Ciências Contábeis inseriram a Contabilidade Ambiental em seus programas a partir do ano 2000, com destaque para as IES particulares. Esta baixa representatividade, deveu-se, especialmente a existência de poucos profissionais habilitados para lecionar a disciplina, fato também observado por Galvão e Tenório (2009). Após revisar os trabalhos pesquisados por vários autores, como Barbieri e Sousa (2005), realizado em universidades brasileiras, Calixto (2006), confirma a necessidade da valorização da educação em geral e em Contabilidade, em particular, destacando a importância da inclusão da variável ambiental nesta área para preparar futuros tomadores de decisão aptos para enfrentar a multiplicidade de desafios do setor. Ainda ressalta, de forma negativa, a lentidão que caracteriza o comportamento típico de empresários, administradores e profissionais da área contábil que não reagem com a velocidade desejada às mudanças do dinâmico mundo atual.

Nos artigos de Cosenza et al. (2010), Ferreira, Três, Garcia, Bittencourt Junior & Ferreira (2009), Paiva (2003), Ribeiro e Rossato (2017), e Tinoco e Kraemer (2004), encontram-se conceitos relativos ao tema de Contabilidade Ambiental e os artigos produzidos por Ferreira et al. (2009), Machado et al. (2012), Tinoco e Kraemer (2004) avaliam a prática de evidencição das empresas por meio de Relatórios de Sustentabilidade. Ferreira et al. (2009) ressaltam que embora o patrimônio ambiental não possa ser mensurado conforme os critérios estabelecidos pelos princípios e normas contábeis, o valor atribuído a ele pode ser definido pelas ações implementadas com o intuito de reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente, a fim de preservá-lo e, assim, contribuir para o alcance da sustentabilidade.

Para Gonçalves e Heliodoro (2005, p. 84), a importância da Contabilidade Ambiental na tomada de decisões dos gestores reside na sua utilização para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, além de assumir um papel estratégico por evidenciar ações proativas adotadas pelas empresas. Assim sendo, a principal contribuição da contabilidade ambiental é promover a transparência e oferecer mais informações aos investidores. Nessa linha, Galvão e Tenório (2009) esclarecem que “toda informação que, não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas”.

Galvão e Tenório (2009) estudaram a inserção da Contabilidade Ambiental na matriz curricular IES dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de Recife, onde identificaram que essa disciplina era oferecida por um número reduzido de Faculdades, muitas vezes com sua temática diluída em várias disciplinas.

Palma, Oliveira e Viacava (2011) após avaliarem cursos de IES de Universidades Federais Brasileiras buscando por temas que permitissem entender as nuances do desenvolvimento sustentável, como sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa, concluíram que as universidades deveriam adotar uma postura mais ativa nesta direção, para formar alunos capazes de assumir papel ativo na sociedade atual. Estes pesquisadores sugerem uma ampliação da pesquisa junto aos Programas de Pós-Graduação.

Sinay et al. (2013) efetivaram uma pesquisa nesses programas na área de Administração para identificar a efetiva inserção do tema de gestão ambiental no ensino, observando que o interesse do ensino dessa área teve início no começo do século XXI, com o desenvolvimento e publicação de artigos científicos direcionados à descrição e análise crítica dos movimentos sustentáveis, à identificação de práticas sociais, ao envolvimento com a gestão social e ambiental e à educação ambiental direcionada a profissionais das diversas áreas. Também este grupo de pesquisadores enfatiza a lentidão do Brasil em definir ações concretas e responsabilidades pelo tema no ensino dessa área específica.

Na área de Contabilidade Ambiental, Angolli e Ferreira (2017) apontam como pesquisa seminal a desenvolvida pelo americano David Lenowes em 1968 em que desaprovava a forma de apresentação dos resultados financeiros das corporações que omitiam se manifestar sobre os recursos aplicados em ações socioambientais. O motivo dessa nula ou pouca manifestação era a incipiência do conhecimento sobre como o fazer.

Apesar de ser em 1968 publicado o primeiro trabalho sobre Contabilidade Ambiental, a década de 1970 teve tímido desenvolvimento, concentrando-se estudos sobre a Contabilidade Ambiental, só na década de 1990, Angolli e Ferreira (2017), Mathews (1997) e Deegan (2002), quando o meio ambiente se tornou foco da pesquisa acadêmica.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O objetivo do presente trabalho é apresentar o atual panorama da pós-graduação brasileira em Contabilidade/Ciências Contábeis com ênfase no ensino e na pesquisa de Contabilidade Ambiental.

Trata-se de uma pesquisa documental por se apoiar em dados secundários obtidos de documentos oficiais: Plataforma Sucupira, site de Domínio Público da CAPES, site dos Grupos de Pesquisa do CNPq e das instituições envolvidas e periódicos brasileiros, e bibliométrica para caracterizar a produção científica. Em relação à análise das informações secundárias, a pesquisa se classifica como mista: qualitativa, ao abordar aspectos subjetivos, e quantitativa, ao analisar aspectos objetivos com uso da estatística descritiva.

Quanto ao seu objetivo, se caracteriza como descritiva (Gil, 2008), pois observa fatos, os registra, os analisa e os interpreta sem qualquer interferência nos mesmos.

Este estudo está constituído por duas partes, quais sejam: (1) apresentação do panorama acadêmico da pós-graduação brasileira em Contabilidade e Contabilidade Ambiental; e (2) a apresentação do panorama científico da pós-graduação brasileira em Contabilidade e Contabilidade Ambiental.

A primeira parte consistiu em levantar as instituições brasileiras reconhecidas pela CAPES no quadriênio 2013-2016, que ofertam cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade/Ciências Contábeis, suas localizações, origens, assim como disciplinas, ementas, dissertações e teses efetivamente voltadas para assuntos sobre Contabilidade Ambiental. O levantamento dos dados ocorreu entre junho/2018 e janeiro de 2019.

Na segunda parte foram buscados no site de Grupos de Pesquisa do CNPq aqueles que tratam de temas de Contabilidade. Desses, o nome do grupo, instituição na qual está sediado, ano da sua instalação e tema estudado em Contabilidade Ambiental foram compilados com a finalidade de verificar a representatividade de pesquisas nesta área; sendo os dados levantados, para posterior análise, no período anteriormente mencionado. Em seguida, após selecionar periódicos científicos brasileiros que incluem no seu título as palavras Contabilidade ou Ciências Contábeis, foram levantados dados referentes a artigos sobre Contabilidade Ambiental, tornando possível concluir sobre a importância dada pelos pesquisadores a este tema; o período avaliado vai das origens dos periódicos até dezembro de 2018.

A análise dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas possibilitou traçar o panorama atual da Contabilidade em geral e da Contabilidade Ambiental em particular nas instituições brasileiras de nível superior, panorama que permitiu traçar o prognóstico da área.

4 DISCUSSÃO

4.1 Aspectos Acadêmicos.

Neste subitem são apresentados a origem dos cursos de pós-graduação em Contabilidade no Brasil, distribuídos por instituição, por nível e por região. Em seguida são apresentadas as disciplinas oferecidas por cada curso separando aquelas especificamente de Contabilidade Ambiental. Idêntico trabalho foi realizado para caracterizar as dissertações e teses na área.

Origem, Evolução, Distribuição Geográfica, de Nível e de Nota Qualis.

A Contabilidade participa junto com Turismo e Administração da grande área de Ciências Sociais. No Quadro 1 apresenta-se a representatividade dos cursos de Ciências Contábeis na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 1 - Número de Programas em Ciências Sociais Aplicadas

CURSOS	TOTAL	%
Administração, Contabilidade e Turismo	225	100
Administração	183	81,3
Contabilidade	30	13,3
Turismo	12	5,3

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com levantamento realizado na Plataforma Sucupira em 2018, existem 30 Programas de pós-graduação em Ciências Contábeis-PPGCC em funcionamento, programas estes que se realizam em 27 IES num total de 44 cursos levando-se em consideração que o mesmo PPGCC pode ter diferentes modalidades: mestrado (M), doutorado (D) e mestrado profissional (MP). No Quadro 2 listam-se os cursos em ordem de surgimento acompanhados dos anos de origem, da instituição e do estado brasileiro onde os cursos funcionam.

Quadro 2 - Relação dos PPGCC do Brasil

IES		UF	Nível do Curso por Ano de Instalação		
Nome	Sigla		M	D	MP
Universidade de São Paulo	USP	SP	1970	1978	
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	1978		
Centro Universitário FECAP	UniFECAP	SP	2002		
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	2003	2013	
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	2004	2014	
Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	USP/RP	SP	2005	2013	
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	2005	2008	
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	2006		
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	2007	2017	
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	2006	2016	
Universidade de Brasília	UNB	DF	2007	2007	
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	2007	2007	
			2014	2015	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	2007	2007	
			2014		
Universidade Presbiteriana Mackenzie	UPM	SP			2007
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade Economia e Finanças	FUCAPE-ES1	ES	2008	2009	2003
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	2009		
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	2012	2016	
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	2013		
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	2013	2014	
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade Economia e Finanças	FUCAPE-RJ	RJ			2014
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2014		
Faculdade Fipecafi	FIPECAFI	SP			2015
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	2015		
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	2015		
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	2015		
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	2016		
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	2016		
TOTAL DOS PROGRAMAS		30	26	14	4
			TOTAL 44 CURSOS		
1 – Nesta IES há dois programas: <u>Administração e Ciências Contábeis</u> para o mestrado e doutorado Acadêmicos e <u>Ciências Contábeis</u> para o mestrado Profissional.					

Fonte: Elaboração Própria

No Gráfico 1, apresenta-se a distribuição dos PPGCC ao longo do tempo. Apesar de que a LDB regulamentou os Programas de Pós-Graduação (PPG) em 1961, definindo a natureza desses cursos em 1965, somente em 1970 teve origem o primeiro curso de mestrado em Contabilidade e um de doutorado em 1978, ambos na USP/SP. Mesmo lapso de tempo aconteceu entre a regulamentação do mestrado profissional (1978) e o surgimento efetivo de primeiro curso deste nível acontecido em 2003 na FUCAPE/ES.

No início do século XXI, observa-se a expansão significativa do número de cursos autorizados, sendo que na primeira década (2001 a 2010) foram autorizados 20 cursos e entre 2011 e 2018, mais 21 cursos, mostrando que se fizeram necessários 30 anos para a PPGCC crescer com pouca força.

Observou-se das informações levantadas que foram necessários 32 anos (1970-2002) para os cursos de Mestrado crescerem em número, dando-se este crescimento na região Sul do

Gráfico 1 - Distribuição do número de Cursos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis



Figura 1 - Localização dos PPGCC

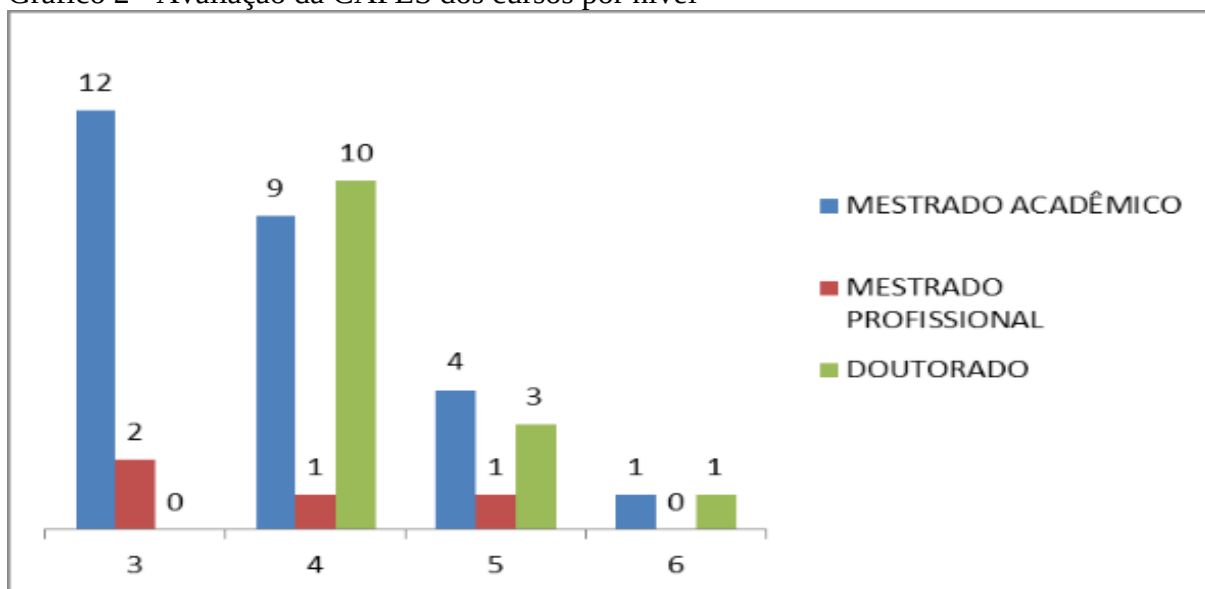


Da Figura 1, observa-se que a política de expansão ainda está deficitária na Região do Nordeste são atendidos 4 estados (3 deles com mestrado e doutorado) dos 9 existentes; no Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso não possui nenhum curso e apenas no Distrito Federal (UNB) tem curso com mestrado e doutorado; na Região Sul e Sudeste todos os estados apresentam PPGCC, apenas no Rio Grande do Sul não curso de doutorado e na Região Norte não existem PPGCC's.

Pode-se concluir então que o número de cursos existentes é pouco expressivo, apesar da representatividade dos cursos de graduação em Contabilidade em termos de número de matrículas e número de graduados.

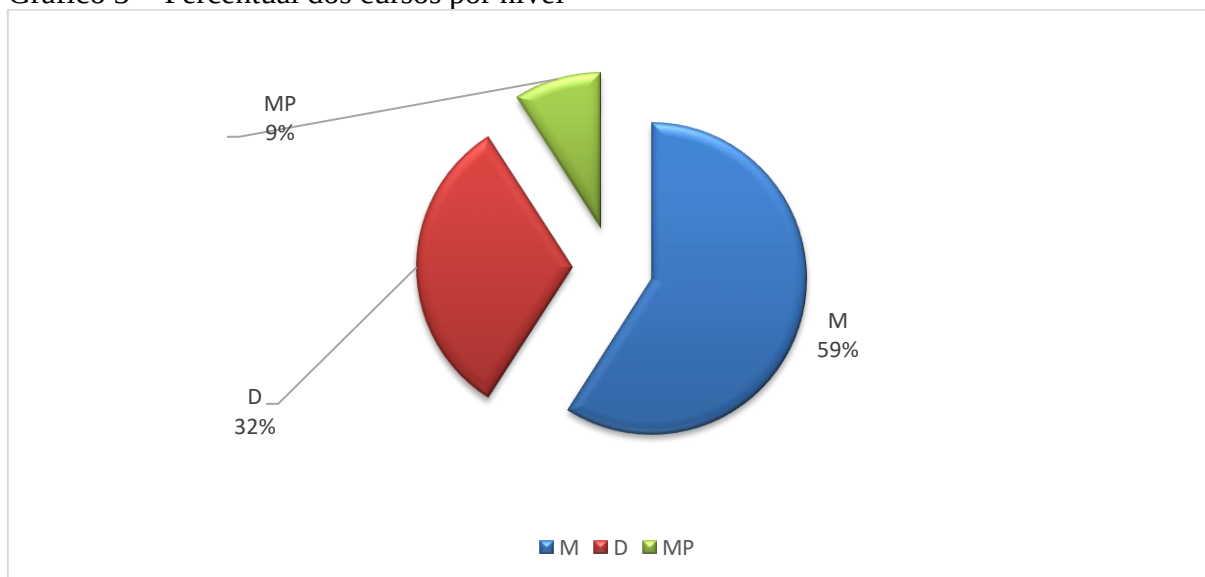
Nos Gráfico 2 e 3 são apresentados o número de cursos por nota e por nível e a distribuição dos cursos por nível, respectivamente.

Gráfico 2 - Avaliação da CAPES dos cursos por nível



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3 - Percentual dos cursos por nível



Fonte: Elaboração própria

Pode-se destacar que o primeiro PPGCC recomendado pela CAPES em 1970, oferecido pela USP, é o único programa que tem nota 6 (5%) para os dois níveis (mestrado e doutorado); 32% dos cursos apresentam nota 3,45% dos cursos nota 4 e 18% nota 5.

Disciplinas oferecidas

Os títulos e ementas das disciplinas listadas para cada curso foram pesquisados com o intuito de verificar se as mesmas contêm, total ou parcialmente, temas ambientais ou se não são direcionadas ao tema. Para isto, aplicaram-se as palavras chaves: ambiental, sustentabilidade e responsabilidade social e corporativa.

De um total de 1292 disciplinas oferecidas apenas 44 (3,4%) são integralmente de Contabilidade Ambiental, 62 (4,8%) pelo seu caráter (tópicos contemporâneos, tópicos especiais, seminários diversos e outros) contém tópicos de Contabilidade Ambiental, e o restante 91,8% não tratam temas de Contabilidade Ambiental.

Cabe ressaltar que das 44 disciplinas caracterizadas como de Contabilidade Ambiental nenhuma está listada como obrigatória nos documentos institucionais.

Os principais temas tratados nas 44 disciplinas estão listados no Quadro 3.

Quadro 3 - Temas tratados nas disciplinas integralmente dedicadas à Contabilidade Ambiental

Temas de Contabilidade Ambiental	Total de Disciplinas
Reconhecimento, mensuração, evidenciação da contabilização ambiental e custos ambientais	13
Contabilidade da Gestão e Controladoria Ambiental	7
Contabilidade e o meio ambiente	6
Contabilidade Ambiental Financeira	6
Contabilidade Ambiental Gerencial	6
Indicadores Ambientais e de Desempenho Ambiental (medição e avaliação)	6
Benchmarking, normas, diretrizes e políticas ambientais	4
Contabilidade ambiental, contabilidade social	4
Valoração econômica dos impactos ambientais e culturais	4
Ativos culturais e ativos ambientais	2
GAIA-Gerenciamento de aspectos e impactos ambientais	2
Balanço Ambiental	2
Responsabilidade ambiental e social	2
SICOGEA- Sistema Contábil Gerencial Ambiental	2
Custos da Qualidade e Ambientais	1
Novas tendências em pesquisas em contabilidade social e ambiental	1

Fonte: Elaboração própria

Os números/percentagens apresentados demonstram pouca participação das disciplinas totalmente dedicadas à Contabilidade Ambiental indo na contramão das recomendações dos pesquisadores da área em termos globais. Desde a década de 1970 o mundo acadêmico todo se voltou a estudos que buscam o desenvolvimento sustentável, o que não é observado na área estudada. Estes números confirmam os achados de Galvão e Tenorio (2009), Palma et al. (2011) e de Sinay et al. (2013) que ressaltam, respectivamente, o escasso número de disciplinas totalmente dedicadas à Contabilidade Ambiental, a necessidade das universidades serem mais ativas na introdução da variável ambiental, e a lentidão do país na definição, e posterior implementação de ações concretas e de práticas sociais sobre a gestão socioambiental.

Dissertações e teses

Inicialmente foram levantadas todas as dissertações e teses publicadas na Plataforma Sucupira na área de Ciências Contábeis, totalizando 4.388. Após aplicar filtros contendo as palavras chaves ambiental, sustentabilidade e responsabilidade social e corporativa foram encontradas apenas 62 (1,41%) que tratam de temas de Contabilidade Ambiental.

Ressalta-se que os Cursos de Doutorado da UFPE e da UFU, assim como os de Mestrado Acadêmico da UFMS e da FURG, não tem produção de dissertações e teses na plataforma, por terem iniciado as suas atividades após o ano de 2016.

Os principais temas abordados nas dissertações e teses em Contabilidade Ambiental estão contidos no Quadro 4.

Quadro 4 - Principais temas em Contabilidade Ambiental

Temas em Contabilidade Ambiental
Ambiente regulatório e evidência social
Avaliação do impacto socioeconômico e ambiental da compensação financeira
Contabilidade social e ambiental
Controle de projetos socioambientais
Custos ambientais
Demonstração do valor adicionado
Desempenho socio-econômico-ambiental e disclosure socioambiental
Disclosure socioambiental e custo de capital próprio
Divulgação das informações desastres no meio ambiente'
Divulgação de informações sobre os impactos ambientais
Equilíbrio socioeconômico e ambiental
Evidenciação ambiental reflexos de diferentes marcos regulatórios
Evidenciação contábil do desempenho social e ambiental
Evidenciação de informações ambientais, gastos ambientais e riscos socioambientais
Gastos com meio ambiente no Brasil
Gastos socioambientais voluntários e a obtenção de benefícios fiscais
ICMS ecológico na preservação ambiental
Impactos no disclosure e nos investimentos socioambientais
Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade
Influência dos aspectos da governança corporativa na evidência ambiental
Influência dos gastos e da evidência ambiental na qualidade da informação contábil
Informações da sustentabilidade empresarial e sua relação com os investimentos socioambientais
Métrica de valoração ambiental
Passivos ambientais
Práticas de controle interno e gestão de riscos ambientais
Práticas de evidência das provisões e passivos contingentes ambientais

Fonte: Elaboração própria.

Novamente, neste quesito a percentagem de dissertações e teses tratando de temas de Contabilidade Ambiental é pouco significativa, confirmando os achados de Calixto (2006) no que se refere ao viés da preparação dos futuros tomadores decisão.

4.2 Panorama Científico

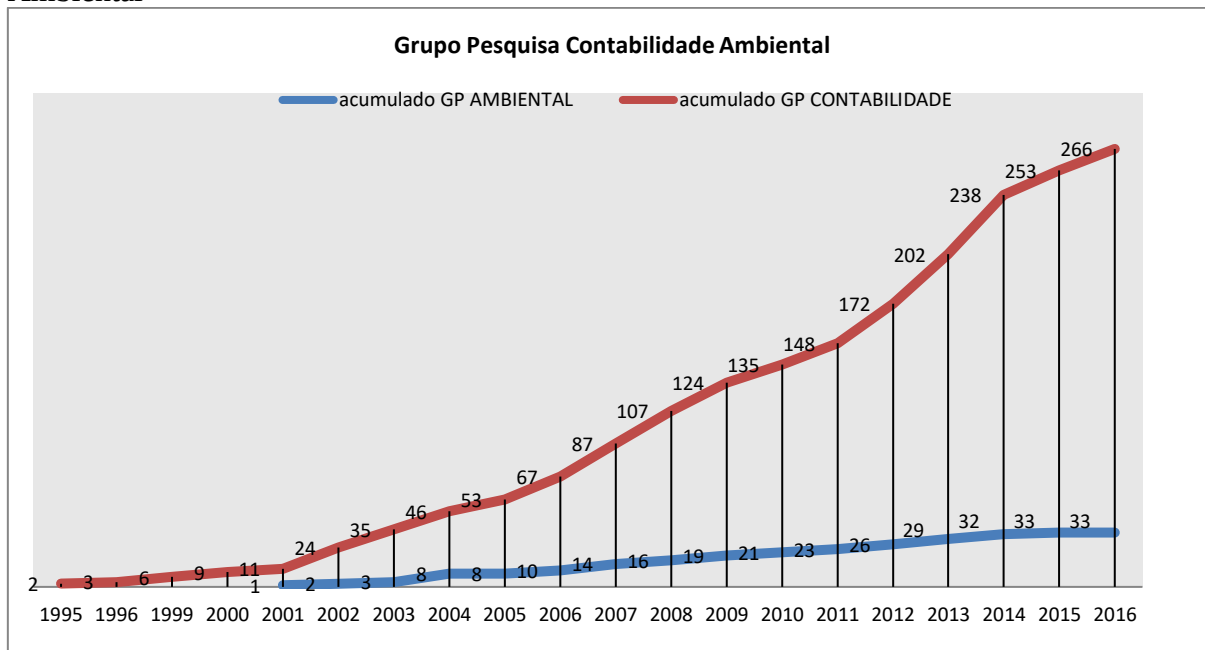
Este item contém o levantamento dos grupos de pesquisa do CNPq certificados em dezembro 2018 e que tratam da Contabilidade Ambiental, assim como, os artigos científicos publicados pelas revistas brasileiras ao longo da vida útil de cada uma no tema.

Grupos de pesquisa

Este subitem foi construído a partir de busca no site dos grupos de pesquisa do CNPq, onde foram encontrados, (em dezembro de 2018) um total 266 grupos em Contabilidade. Ao

aplicar o filtro Contabilidade Ambiental obtiveram-se 33 (12,5%) grupos. A evolução ao longo do tempo dos números de grupos em Contabilidade e em Contabilidade Ambiental é apresentada no Gráfico 4. Ao verificar quais deles de fato pertencem às IES previamente levantadas obtiveram-se 15, que tiveram avaliados seus objetivos de linha e a repercussão resultando em 13 (5%) grupos em IES tratando efetivamente do tema de Contabilidade Ambiental. Estes 13 grupos com os respectivos anos de formação estão apresentados no Quadro 5 e no Quadro 6, que se segue, apresentam-se os temas tratados por estes 13 grupos.

Gráfico 4 - Evolução do número de grupos de pesquisa em Contabilidade e Contabilidade Ambiental



Fonte: Elaboração própria.

Os grupos de pesquisa em Contabilidade se iniciaram em 1995 na USP e na Universidade Estadual da Paraíba. Só após 6 anos iniciou-se o primeiro grupo em Contabilidade Ambiental também na USP. Os grupos das duas áreas (Contabilidade e Contabilidade Ambiental) cresceram, em número, a partir de então, porém com taxas de crescimento muito diferentes como pode ser observado no Gráfico 4, onde a curva que representa a evolução em número dos Grupos de Pesquisa novamente reflete a lentidão na área em reagir as mudanças do mundo atual.

Quadro 5 - Relação dos Grupos de Pesquisa de IES com PPGCC

IES	GRUPO	ANO DE FORMAÇÃO
USP	Estudos socioambientais em contabilidade	2001
	Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente	2009
	Indicadores para Sustentabilidade Corporativa	2013
USP/RP	Grupo de Estudos em Informações Contábeis - InCont - FEA-RP/USP	2003
UFPB	Gestão, Controle e Mensuração Contábil-Financeira	2004
UFBA	Laboratório de Pesquisa em Contabilidade de Gestão	2004
UFRJ	Grupo de Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais	2006
UFSC	NPGO-Núcleo de Pesquisas em Governança nas Organizações	2006
	Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade	2009
FURG	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Contabilidade e Finanças	2007
UNB	Núcleo de Pesquisa em Responsabilidade Socioambiental Corporativa	2008

IES	GRUPO	ANO DE FORMAÇÃO
FUCAPE	CESO - Centro de Estudos em Sustentabilidade das Organizações	2013
UFES	Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade Corporativa.	2014

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que das 27 IES com PPGCC listadas no Quadro 2, apenas 10 instituições sediam os 13 grupos de pesquisa em Contabilidade Ambiental. Destaca-se que a USP sedia 4 desses grupos, sendo 1 deles em Ribeirão Preto/SP.

Quadro 6 - Principais temas de Contabilidade Ambiental tratado pelos Grupos de Pesquisa

Temas destacados pelos Grupos de Pesquisa
Avaliação dos custos de subprodutos indesejáveis (poluição) e propostas de alternativas para evitá-los.
Estudos de eventos ambientais que influenciam a situação patrimonial das empresas
Estudos de formas de evidenciação da responsabilidade socioambiental corporativa.
Formação de profissionais de contabilidade aptos para enfrentarem os desafios das mudanças ambientais e sociais.
Gestão para a sustentabilidade das organizações, abrangendo os aspectos ambientais, especialmente na busca da inovação
Identificação de instrumentos de mensuração de impactos ambientais causados pelas organizações.
Indicadores e índices de desempenho sustentável das empresas: medidas e metas para o adequado controle gerencial
Interações da Contabilidade, da Controladoria e da Administração Financeira com as atividades sociais e ambientais.
Mudanças climáticas globais.
Transparência Contábil e Contabilidade Socioambiental.

Fonte: Elaboração própria

Os temas tratados por estes grupos não atendem plenamente as recomendações dos pesquisadores citados na introdução e referencial teórico deste artigo, a saber: quesitos sobre a política ambiental vigente, gastos e ganhos associados com controle ambiental, processos judiciais envolvendo a empresa por causa ambientais e multas associadas, custos para recuperar áreas degradadas, riscos ambientais, possíveis desvalorizações a serem sofridas pós auditoria ambiental e investimentos realizados em tecnologia ambientalmente adequada. Quesitos estes que permitem os profissionais da área enfrentar os desafios atuais do mundo moderno.

Periódicos

Para fins de análise das publicações dos corpos docente e discente, foram levantados aqueles periódicos nacionais que contém no seu título as palavras: contábil ou contabilidade, com QUALIS entre os estratos A1 e B3 e desses foram verificados o título, ano de origem, unidade de federação (UF), frequência, classificação QUALIS, total de artigos publicados em Contabilidade, em geral, e em Contabilidade Ambiental, em particular (Quadro 7). Os dados foram levantados desde a data de origem de cada periódico até dezembro de 2018 e a classificação corresponde a do último quadriênio, 2013-2016, de avaliação.

Quadro 7 - Periódicos Brasileiros em Contabilidade

Nome do Periódico	Ano de origem	UF	Periodicidade	Qualis	Total de Artigos	Contabilidade Ambiental Quant	%
Contabilidade Vista & Revista	1989	MG	Quadrimestral	A2	385	6	2%
Revista Contabilidade & Finanças (Online)	2001	SP	Quadrimestral	A2	344	2	1%

Nome do Periódico	Ano de origem	UF	Periodicidade	Qualis	Total de Artigos	Contabilidade Ambiental Quant	%
RCO - Revista de Contabilidade e Organizações	2005	SP	Trimestral	A2	236	1	0%
Revista Contemporânea de Contabilidade	2004	SC	Quadrimestral	A2	295	5	2%
Revista Universo Contábil	2007	RS	Quadrimestral	A2	400	2	1%
Contabilidade, Gestão e Governança	1998	RS	Quadrimestral	B1	341	2	1%
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	2004	DF	Trimestral	B1	358	8	2%
Enfoque: Reflexão Contábil	2005	PR	Quadrimestral	B1	346	5	1%
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2008	DF	Trimestral	B1	241	1	0%
UNB Contábil	1998	DF	Quadrimestral	B1	340	3	1%
Tecnologias de Administração e Contabilidade	2011	SP	Semestral	B2	35	0	0%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1996	RJ	Quadrimestral	B2	275	3	1%
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2011	BA	Quadrimestral	B2	185	4	2%
Sociedade, Contabilidade e Gestão	2006	RJ	Quadrimestral	B2	239	15	6%
Pensar Contábil	2001	RJ	Quadrimestral	B2	343	7	2%
Reunir: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade	2011	PB	Quadrimestral	B2	158	2	1%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2001	SC	Quadrimestral	B2	288	3	1%
RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria	2009	PR	Quadrimestral	B3	209	6	3%
Revista Mineira de Contabilidade	2000	MG	Quadrimestral	B3	356	14	4%
RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia (Online)	2005	SC	Quadrimestral	B3	340	14	4%
Revista Ambiente Contábil	2009	RN	Semestral	B3	284	24	8%
Totais					5998	127	2%

Fonte: Elaboração própria

Do Quadro 7 pode-se observar que 24% dos periódicos têm Qualis A2, 24% Qualis B1, 33% Qualis B2 e 19% Qualis B3; 76% dos periódicos tem periodicidade quadrimestral; 14% trimestral e 10% semestral.

Quanto a localização regional das instituições que editam os periódicos observa-se que 72% encontram-se nas regiões sul e sudeste. Enquanto o restante, 28%, nas regiões nordeste e Centro-Oeste. Quando comparados com as instituições que oferecem cursos de PPGCC verifica-se que os periódicos correspondem as mesmas regiões.

Em relação às percentagens de artigos sobre Contabilidade Ambiental, estas são pouco significativas demonstrando que os docentes/pesquisadores e discentes dos PPGCC ainda não estão atentos a importância e atualidade deste tema, apesar do mesmo estar em evidência já há várias décadas. Os dois periódicos com maiores percentagens de publicação em Contabilidade Ambiental (6% e 8%, respectivamente) são Sociedade, Contabilidade e Gestão e Revista Ambiente Contábil. Demais periódicos chegam a 4%, sendo que alguns deles não tem publicação na área.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo construiu-se o panorama da pós-graduação brasileira em Ciências Contábeis, com ênfase na Contabilidade Ambiental que permitiu construir o prognóstico a seguir apresentado no que se confirmam as opiniões de trabalhos anteriormente publicados no assunto, como os mencionados na Introdução e no Referencial Teórico desta pesquisa.

O número de cursos de PPGCC é escasso, sobretudo conhecendo-se a recomendação do VI PNPG sobre a necessidade de se planejar a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação para atender as necessidades estratégicas para o desenvolvimento do país; assim como, a importância da graduação em Ciências Contábeis em termos de número de alunos ingressantes e de graduados na área. O Relatório Censo da Educação Superior 2016: principais resultados, elaborado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED do Ministério da Educação e Cultura – MEC, coloca a graduação em Ciências Contábeis no 4º lugar no período entre 2009 e 2016 em todo o Brasil (Brasil, 2017b). Mostra-se, assim, a necessidade da criação de novos cursos para absorver o potencial de candidatos graduados em Ciências Contábeis. Os cursos a serem criados deveriam ser localizados, especialmente, em regiões do país ainda não atendidas ou parcialmente atendidas (região Norte e regiões Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente), suportados por uma política pública de indução equânime dos PPGCC no Brasil.

Observou-se a necessidade de se fortalecer o ensino e a pesquisa em Contabilidade Ambiental, com profissionais formados em disciplinas que suportam esta área. Ao se listar temas incluídos tanto nas disciplinas quanto os tratados nas dissertações, teses, grupos de pesquisa e artigos científicos publicados em periódicos brasileiros em Ciências Contábeis, verificaram-se que os temas de Contabilidade Ambiental apresentam percentagens pouco significativas em relação aos temas da área de Contabilidade, demonstrando, assim, que pesquisadores, docentes e discentes ainda não reconhecem a devida importância da Contabilidade Ambiental para a área e para a sociedade. Fato este que também demonstra a pouca oxigenação da área como reflexo dos temas com baixo direcionamento aos desafios da Sociedade Contemporânea.

Para acompanhar as mudanças do mundo atual, cuja sociedade está cada vez mais ativa na defesa da qualidade ambiental, se faz necessário o conhecimento de temas associados com a Contabilidade Ambiental, como mencionado por diversos pesquisadores na Introdução e no Referencial Teórico deste trabalho. Os temas tratados pelas PPGCC não contemplam, atualmente, nem a metade dos recomendados pela literatura do setor, demonstrando-se que o reconhecimento da importância da Contabilidade Ambiental está evoluindo a passos demorados no Brasil e nas Ciências Contábeis.

O baixo número de artigos científicos publicados nas revistas de Contabilidade/Ciências Contábeis sobre temas da Contabilidade Ambiental, levam à necessidade de se criarem novos periódicos ou mudar as políticas dos atuais, com políticas que contemplem e deem ênfase aos temas da Contabilidade Ambiental

Como conclusão final desta pesquisa, tem-se a confirmação de que, no âmbito da Contabilidade Ambiental, a pós-graduação brasileira não está preparando, ainda, profissionais aptos para enfrentar os desafios atuais, especialmente, aquele relacionado à habilidade em qualificar e quantificar ações pessoais e organizacionais, benefícios decorrentes das respectivas implementações e danos provocados ao meio ambiente. Sem esta aptidão a preservação do meio ambiente fica limitada e o avanço ao desenvolvimento sustentável do País, prejudicado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbieri, J. C., Sousa, A. dos S. de. (2005). Responsabilidade ambiental no Brasil: novos desafios para a formação de administradores. *Anais da Assembleia Anual CLADEA – Conselho Latino Americano de Administração*. Santiago/Chile, CLADEA.
- Brasil. (2003). *Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA*: Documento em Consulta Nacional. Brasília: MEC/MMA.
- Brasil. (2017a). *Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG - 2011-2020*: Relatório Final 2016 - Sumário Executivo. Brasília: CAPES.
- Brasil. (2017b). *Censo da Educação - 2016*: principais resultados. Brasília: MEC.
- Calixto, L. (2006). O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2(3), 65-78.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2018). *Legislação específica*. Brasília: MEC. Recuperado de: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/legislacao-especifica>.
- Cosenza, J. P., Mamede, E., & Laurencel, L. D. (2010). Análise dos Fundamentos Teóricos Associados à Pesquisa Contábil na área Ambiental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 29(1), 18-38.
- Ferreira, L. F., Trêz, L. D., Garcia, G. E., Bittencourt Junior, F. J., & Ferreira, D. D. M. (2009). Indicadores de sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative GRI. *Anais do SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende: AEDB. Recuperado de: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget\[2\].pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/445_445_Contabilidade_social_REV.seget[2].pdf).
- Galvão, C. C. & Tenório, J. N. (2009). *Um Estudo sobre o Ensino da Contabilidade Ambiental nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis*. Anais do Congresso Brasileiro de Custos, Fortaleza, CE.
- Gil, A. C. (2008). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Altas.
- Gonçalves, S. S. & Heliodoro, P. A. (2005). A Contabilidade Ambiental como um novo Paradigma. *Revista Universo Contábil*, 1(3), 81-93.
- História do Ensino de Línguas no Brasil. (2009). *LDB de 1961*. Recuperado de: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961.
- Holland, L. (2004). Experiences from a student programme designed to examine the role of the accountant in corporate social responsibility (CSR). *International Journal of Sustainability*, 5(4), 404-416.
- Machado, D. D., Diniz, G. M., Marinho, L. F., Furtado, C. F., Sousa, A. M., & Sena, A. M. (2012). Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo da Produção Científica Brasileira. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 3(3), 183-200.
- Paiva, P. R. (2003). *Contabilidade Ambiental*: evidenciação dos gastos ambientais como transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas.

- Palma, L. C., Oliveira, L. M., & Viacava, K. R. (2011). Sustainability in Brazilian Federal Universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(3), 250-258.
- Ribeiro, C. D. & Rossato, M. V. (2017). *Algumas visões acerca da contabilidade ambiental no Brasil*. Recuperado de: http://www.economicas.uba.ar/wp-content/uploads/2017/08/Ribeiro_rossato.pdf.
- Santos, A. D., Silva, F. B., Souza, S., & Sousa, M. F. (2001). Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(27), 89-99.
- Santos, A. L. & Azevedo, J. M. (2009). A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, 14(42), 534-605.
- Sinay, M. C. F., Dalbem, M. C., Loureiro, I. A., & Vieira, J. M. (2013). Ensino e Pesquisa em Gestão Ambiental nos Programas Brasileiros de Pós-Graduação. *RAM - Revista Administração Mackenzie*, 14(3), 55-82.
- Theóphilo, C. R., Sacramento, C. O., Neves, I. F., & Souza, P. L. (2000). O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 11(3), 3-10.
- Tinoco, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. (2004). *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Yakhou, M. & Dorweiler, V. P. (2004). Environmental Accounting: an essential component of business strategy. *Business Strategy and the Environment*, 13(2), 65-77.